

ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 29 de Abril de 2000, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8 horas portando caneta azul ou preta e material de consulta, conforme edital.

<p style="text-align: center;">Prova Objetiva do I EXAME DE ORDEM / 2000 26.03.00</p>

ÉTICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DA OAB

1. Somente uma das afirmativas abaixo está **incorreta**. Assinale-a.
 - a - No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.
 - b - No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites da lei 8.906/94.
 - c - São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.
 - d - O advogado tem o direito de comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, desde que munido da respectiva procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimento civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

1. A competência para alterar o Regulamento Geral e para realizar o Exame de Ordem é:
 - a - Em ambos os casos, do Conselho Federal.
 - b - Em ambos os casos, do Conselho Seccional.
 - c - Do Conselho Seccional e do Conselho Federal, respectivamente.
 - d - Do Conselho Federal e do Conselho Seccional, respectivamente.

1. Somente um das afirmativas abaixo está **correta**. Assinale-a.
 - a - O mandato judicial ou extrajudicial deve ser outorgado individualmente aos advogados que integrem sociedade de que façam parte, e será exercido no interesse do cliente, respeitada a liberdade de defesa.
 - b - O substabelecimento do mandato sem reservas de poderes não exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
 - c - O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
 - d - Não é legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de pretensão concernente a lei ou direito que também lhe seja aplicável, ou contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente.

1. Na âmbito do Conselho Federal da OAB, quem preside, respectivamente, a 1ª Câmara, o Órgão Especial do Conselho Pleno e a 2ª Câmara?
 - a - Secretário-Geral, o Vice-Presidente e o Secretário-Geral Adjunto do Conselho Federal da OAB.

- b - Tesoureiro, o Presidente e o Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB.
- c - Secretário-Geral Adjunto, o Vice-Presidente e o Tesoureiro do Conselho Federal da OAB.
- d - Vice-Presidente, o Presidente e o Secretário-Geral Adjunto do Conselho Federal da OAB.

1. Somente uma das afirmativas abaixo está **incorreta**. Assinale-a

- a - É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
- b - Presumem-se confidenciais as comunicações epistolares entre advogado e cliente, as quais não podem ser reveladas a terceiros.
- c - É permitido ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.
- d - O advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte.

1. Das atividades abaixo relacionadas, qual a que irá gerar proibição parcial do exercício da advocacia (impedimento)?

- a - As de militares de qualquer natureza, na ativa.
- b - As de servidores da administração direta, que não exerçam cargo ou função de direção no Órgão onde trabalhem.
- c - As de ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.
- d - As de Chefe do Poder Executivo.

1. Somente uma das afirmativas abaixo está **correta**. Assinale-a .

- a - O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação dos interessados, que pode ser anônima.
- b - A representação contra membros do Conselho Federal e Presidentes dos Conselhos Seccionais é processada e julgada pelo Conselho Federal.
- c - Compete ao relator do processo disciplinar determinar a notificação dos interessados para esclarecimentos, ou do representado para a defesa prévia, em qualquer caso no prazo de 10 (dez) dias.
- d - Os honorários advocatícios devidos ou fixados em tabelas no regime da assistência judiciária podem ser alterados no **quantum** estabelecido; mas a verba honorária decorrente da sucumbência pertence ao advogado.

1. Aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por um determinado período, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado de ofício, ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação. Que período de paralisação é esse?

- a - Seis meses.
- b - Um ano.
- c - Mais de três anos
- d - Dois anos.

1. Assinale a única alternativa **correta**:

- a - As regras do Código de Ética e Disciplina da OAB obrigam somente os advogados.
- b - As regras do Código de Ética e Disciplina da OAB não obrigam as sociedades de advogados.
- c - As regras do Código de Ética e Disciplina da OAB não obrigam os estagiários.
- d - As regras do Código de Ética e Disciplina da OAB obrigam, além dos advogados, as sociedades de advogados e os estagiários, no que lhes forem aplicáveis.

1. Assinale a única afirmativa **incorreta**:

- a - O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período
- b - Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros da ministério público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito.
- c - Dentre os direitos do advogado está o de ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.
- d - O advogado tem o direito de examinar, em qualquer repartição policial, desde que munido da procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

DIREITO CIVIL

11. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a - os menores de 18 anos;
- b - os silvícolas;
- c - os pródigos;
- d - nenhuma das alternativas está correta.

12. Consideram-se bens imóveis para todos os efeitos legais:

- a - o direito à sucessão aberta;
- b - os direitos do autor;
- c - os direitos reais sobre objetos móveis e ações correspondentes;
- d - nenhuma das alternativas está correta.

13. A validade dos atos jurídicos requer:

- a personalidade;

- b agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em lei;
- c instrumento público firmado pelas partes;
- d nenhuma das alternativas está correta;

14. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a no regime de comunhão parcial de bens excluem-se da comunhão os bens que cada cônjuge possuir antes do casamento;
- b no regime de comunhão parcial de bens, entram na divisão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que adquiridos em nome de um só dos cônjuges;
- c no regime de comunhão parcial de bens presumem-se adquiridos na constância do casamento os bens móveis, se não houver prova documental de que foram adquiridos antes do casamento;
- d no regime de separação de bens, cada cônjuge poderá dispor de seus bens imóveis adquiridos antes do casamento independente de outorga do outro;

15. As ações relativas a direitos reais prescrevem em:

- a vinte anos, contados da data em que poderiam ter sido propostas;
- b trinta anos, quando as partes residirem em localidades diversas;
- c dez anos, entre presentes e quinze entre ausentes, contados da data em que deveriam ter sido propostas;
- d nenhuma das alternativas está correta;

16. No direito brasileiro adquire-se a propriedade de bens imóveis:

- a pela compra e venda realizada através de escritura pública;
- b pela transcrição do título de transferência no cartório do registro de imóveis;
- c pelo instrumento particular ou público de promessa de compra e venda;
- d nenhuma das alternativas está correta;

17. A emancipação do menor de 21 e um anos e maior de 18 anos constitui forma de cessação de incapacidade civil, pela qual:

- a os pais conferem ao filho a outorga de capacidade civil por tempo determinado, que pode ser revogada enquanto não alcançada a maioridade civil;
- b os pais autorizam o filho a praticar atos da vida civil por eles assistidos;
- c os pais outorgam ao filho, no exercício do pátrio poder, capacidade civil mediante escritura pública irrevogável, inscrita no registro civil competente;
- d nenhuma das alternativas está correta;

18. O credor que demandar por dívida integralmente paga fica obrigado:

- a a pagar ao demandado o dobro do que foi cobrado;
- b a restituir o equivalente ao que exigiu;
- c a responder apenas pelas custas e honorários de advogado;
- d nenhuma das alternativas está correta;

19. O direito de propor a ação rescisória extingue-se:

- a em um ano, contado do trânsito em julgado da decisão;
- b em dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão;
- c em cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão;
- d não há prazo para a propositura da ação rescisória.

20. O agravo de instrumento contra decisão interlocutória é interposto:

- a perante o juiz da causa, em petição fundamentada;
- b perante o Presidente do Tribunal competente, em petição contendo os requisitos do art. 524 do CPC;
- c em petição dirigida ao Presidente do Tribunal competente contendo as peças que o agravante entender necessárias;
- d nenhuma das alternativas está correta.

21. Cabem embargos de declaração:

- a quando houver na sentença obscuridade ou contradição;
- b quando houver no acórdão obscuridade ou contradição;
- c quando for omitido ponto sobre o qual deveria manifestar-se o juiz;
- d todas as alternativas estão corretas.

22. Assinale a alternativa **correta**:

- a cabem embargos infringentes quando a decisão proferida em apelação não for unânime;
- b embora a divergência tenha sido apenas parcial, os embargos infringentes devolvem ao tribunal o exame de toda a matéria discutida no julgamento;
- c os embargos infringentes são interpostos no prazo de dez dias, contados da intimação da decisão;
- d nenhuma das alternativas está correta.

23. O conflito de competência ocorre quando:

- a dois ou mais juízes se declaram competentes para julgar a causa;
- b dois ou mais juízes se declaram incompetentes para julgar a causa;
- c surge entre juízes controvérsia quanto a reunião de processos;
- d todas as alternativas estão corretas.

24. Os embargos do devedor são ofertados no prazo de dez dias a contar:

- a da data da intimação da penhora regularmente feita na pessoa do devedor;
- b da juntada ao processo da prova da intimação da penhora;
- c da juntada do mandado de penhora;
- d nenhuma das alternativas está correta;

25. Qual o foro competente para a ação de reparação de danos:

- a do domicílio do autor;
- b do domicílio do réu;
- c do lugar em que ocorreu o fato;
- d nenhuma das alternativas está correta;

26. Considera-se proposta a ação:

- a quando despachada pelo juiz ou distribuída, quando houver mais de uma Vara;
- b com a expedição do mandado de citação;
- c com a citação válida do réu;
- d nenhuma das alternativas está correta.

26. Extingue-se o processo com julgamento do mérito:

- a quando o autor desistir da ação;
- b quando o juiz indeferir a petição inicial;
- c quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor;
- d nenhuma das alternativas está correta.

26. Concedida a liminar em medida cautelar preparatória, deverá a parte promover a ação principal em:

- a trinta dias contados da data da distribuição da ação cautelar;
- b trinta dias a contar da data da concessão da medida liminar;
- c trinta dias a contar da data da efetivação da medida cautelar;
- d não há prazo para propositura da ação principal.

26. Assinale a alternativa **correta**:

- a à toda causa será obrigatoriamente atribuído um valor, mesmo que não tenha conteúdo econômico;
- b é defeso à parte formular mais de um pedido no mesmo processo;
- c o autor poderá aditar ou alterar o pedido enquanto não for proferida a sentença de

- mérito;
- d a reconvenção será processada em apenso aos autos principais.
26. Quando existirem vários litisconsortes no processo o prazo para contestar, recorrer e falar nos autos conta-se:
- a em dobro para todos os litisconsortes;
 - b a partir do momento em que for citado cada litisconsorte;
 - c da mesma forma que se conta no processo em que não há litisconsortes;
 - d nenhuma das alternativas está correta;

DIREITO PENAL/ PROCESSUAL PENAL

31. Analise as proposições a seguir e assinale a seqüência **correta**:
- I) Para a instauração de inquérito por crime de ação privada personalíssima, o ofendido ou seu representante legal deverá oferecer queixa na delegacia.
 - II) A finalidade do inquérito policial é a apuração de fato que configure infração penal e respectiva autoria, para que a autoridade policial possa propor a instauração da ação penal.
 - III) A sentença de pronúncia é decisão interlocutória mista.
 - IV) Diligências podem ser requeridas na contrariedade ao libelo.
- a Apenas as alternativas “I” e “III” estão corretas.
 - b Apenas as alternativas “II” e “IV” estão corretas.
 - c Apenas as alternativas “I” e “IV” estão corretas.
 - d Apenas as alternativas “III” e “IV” estão corretas.
32. Analise as proposições abaixo e assinale a seqüência **incorreta**:
- I) As testemunhas da defesa ouvidas em plenário do júri foram arroladas na defesa prévia.
 - II) O Ministério Público tem legitimidade para apelar em favor do réu, seja a ação pública ou privada.
 - III) Sendo o MP “senhor da ação penal”, pode o promotor ao oferecer o libelo desartar-se da capitulação contida na pronúncia se houver benefício para o réu.
 - IV) A ação penal se inicia com o recebimento da denúncia.
- a Apenas a alternativa “II” está incorreta.
 - b Apenas as alternativas “II” e “III” estão incorretas.
 - c Apenas as alternativas “I” e “III” estão incorretas.
 - d Apenas as alternativas “II” e “IV” estão incorretas.

33. Analise as proposições abaixo e assinale a seqüência **correta**:

- I) O inquérito, no caso de competência da Polícia Federal, estando o réu preso, deve ser concluído no prazo de 15 dias, não podendo em hipótese alguma ser prorrogado.
- II) Bigamia e adultério são crimes de ação privada personalíssima.
- III) O flagrante somente será válido se a prisão ocorrer dentro de 24 horas do ato delituoso.
- IV) São insuscetíveis de anistia, graça e indulto, fiança e liberdade provisória os crimes de terrorismo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e hediondos.

- a) Apenas a alternativa “I” é correta.
- b) Apenas a alternativa “III” é correta.
- c) Apenas as alternativas “II”, “III” e “IV” são corretas.
- d) Apenas a alternativa “IV” é correta.

34. Com referência aos crimes hediondos, assinale a seqüência **correta**:

- I) Homicídio qualificado, latrocínio, genocídio, estupro qualificado.
- II) Genocídio, terrorismo, estupro qualificado, epidemia com resultado morte.
- III) Latrocínio, extorsão qualificada pela morte, estupro qualificado.
- IV) Estupro qualificado, genocídio, atentado violento ao pudor qualificado, homicídio qualificado.

- a) Apenas as alternativas “I”, “III” e “IV” são corretas.
- b) Apenas as alternativas “I”, “II” e “IV” são corretas.
- c) Apenas a alternativa “III” é correta.
- d) Apenas as alternativas “I” e “II” são corretas.

35. Quanto aos Embargos de Declaração, analise as proposições abaixo e indique a seqüência **correta**:

- I) Dirigidos ao órgão colegiado prolator da decisão, endereçados ao relator no prazo de 8 dias.
- II) Finalidade de esclarecer ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão do julgado.
- III) A parte contrária não é ouvida.
- IV) Podem opor, a defesa, o MP e o assistente de acusação.

- a) Apenas as alternativas “I” e “II” estão corretas.
- b) Apenas as alternativas “I” e “IV” estão corretas.
- c) Apenas as alternativas “I”, “II” e “III” estão corretas.
- d) Apenas as alternativas “II”, “III” e “IV” estão corretas.

36. Analise as alternativas abaixo e indique a seqüência **correta**:

- I) No rito dos crimes dolosos contra a vida não há hipótese que permita o réu ser julgado

- pelos Conselho de Sentença sem que esteja presente.
- II) O Ministério Público pode opor Embargos Infringentes em situações excepcionais.
 - III) “Embarguinhos” são chamados os Embargos de Declaração resumidos.
 - IV) A Revisão Criminal é uma ação penal rescisória ou de impugnação.

- a) Apenas as alternativas “I” e “IV” estão corretas.
- b) Apenas as alternativas “II” e “III” estão corretas.
- c) Apenas a alternativa “III” é correta.
- d) Apenas a alternativa “IV” é correta.

37. Assinale a alternativa **correta**:

- a) No caso de sentença do Juiz-presidente decorrente de decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, o Tribunal deverá reformá-la.
- b) Se o suspeito da prática de infração penal for membro do Ministério Público, a autoridade policial poderá indiciá-lo.
- c) A tréplica é consequência da réplica; portanto a primeira não existirá sem a segunda.
- d) Do despacho que admite, ou não, assistente de acusação caberá recurso.

38. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Ministério Público pode desistir de recurso que haja interposto, caso verifique estar extinta a punibilidade.
- b) Nos crimes habituais, em tese não cabe prisão em flagrante.
- c) Nos crimes de ação penal privada nada impede a prisão em flagrante.
- d) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo Juiz.

39. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Constitui contravenção penal a recusa de dados sobre a própria identidade ou qualificação.
- b) Constitui contravenção penal portar arma sem a devida licença expedida pelo órgão competente.
- c) A confissão do acusado não constitui, obrigatoriamente, prova plena de sua culpabilidade.
- d) O depoimento infantil é admitido como prova; porém ao menor de 14 anos de idade não será deferido compromisso.

40. Analise as afirmativas referentes ao instituto do **sursis** (suspensão condicional da pena) e marque a seqüência **correta**:

- I) O Sursis é direito público subjetivo do condenado.
- II) A revelia, por si só, não inviabiliza a concessão do Sursis
- III) Não se aplica o Sursis para as penas restritivas de direito.
- IV) Tem como requisito pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos para o Sursis simples.

- a Apenas os itens “I” e “II” estão corretos.
- b Apenas os itens “III” e “IV” estão corretos.
- c Apenas os itens “I”, “II” e “IV” estão corretos.
- d Todos os itens estão corretos.

41. Em relação ao TEMPO DO CRIME, assinale a alternativa **correta**.

- a Adota-se a Teoria do Resultado.
- b Adota-se a Teoria da Ubiquidade.
- c Adota-se a Teoria da Atividade ou da Ação.
- d Adota-se a Teoria Mista ou Unitária.

42. Em decorrência de situação emergencial, por disposição expressa contida no próprio diploma legal, é publicada, com vigência imediata, LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA. Contudo, decorridos 8 (oito) meses a situação de emergência que levou à elaboração da norma excepcional cessa, ocasionando a perda de vigência da mesma lei. Diante do exposto, analise as afirmativas abaixo e marque a seqüência **correta**.

- I) A revogação do dispositivo legal excepcional gera a “*abolitio criminis*”, para todos os fatos praticados ou não durante a sua vigência.
- II) Tendo em vista o princípio da RETROATIVIDADE DA NORMA MAIS BENIGNA, as situações que ofenderam a lei temporária devem ser descriminalizadas.
- III) Mesmo que revogada, a lei excepcional não gera “*abolitio criminis*”, porquanto, ainda que temporária, guarda eficácia, aplicando-se aos fatos praticados durante a sua vigência.
- IV) As leis excepcionais ou temporárias possuem ULTRATIVIDADE.

- a somente as alternativas I e II estão corretas;
- b somente as alternativas III e IV estão corretas.
- c somente as alternativas I, II e IV estão corretas;
- d somente as alternativas II, III e IV estão corretas;

43. É inadmissível a tentativa:

- a Nos crimes culposos.
- b Nos crimes unissubsistentes.
- c Nos crimes impossíveis.
- d Todas alternativas estão corretas.

44. Ainda sobre tentativa é **correto** afirmar que:

- a Na fixação do percentual incidente de diminuição de pena nos casos de crimes tentados há de se levar em conta o “*iter criminis*”, ou seja, os atos que chegaram a ser praticados pelo agente.
- b Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída da metade.
- c A diminuição da pena, no caso, é faculdade do juiz.
- d Não há parâmetro para diminuir a pena nos casos de crimes tentados, ficando ao livre arbítrio do juiz.

45. Quanto aos crimes dolosos ou culposos **não é verdadeiro** afirmar:

- a Diz-se o crime doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- b Diz-se o crime culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, imperícia ou negligência.
- c A linha divisória entre a culpa consciente e o dolo eventual é bastante tênue. Em ambos o agente prevê a ocorrência do resultado, mas somente na culpa o agente admite a possibilidade do evento ocorrer.
- d Há um denominador comum entre o dolo eventual e a culpa consciente: a previsão do resultado ilícito.

46. A inimputabilidade **exclui** a:

- a Ilicitude.
- b Culpabilidade.
- c Tipicidade.
- d Antijuricidade

47. Tício, que possui 17 anos, 11 meses e 18 dias, dispara tiros de revólver em Mévio que fica gravemente ferido vindo a falecer em decorrência dos ferimentos, quando Tício já havia completado 18 anos. De acordo com a situação apresentada, é **correto** afirmar:

- a Tício é inimputável, uma vez que cometeu o crime quando ainda não havia completado 18 anos.
- b Tício é imputável, tendo em vista que, quando o resultado morte ocorreu, já havia atingido a maioridade penal.
- c Tício é inimputável, considerando a Teoria do Resultado.
- d Tício é semi-imputável já que preenche os requisitos referentes à capacidade, quais sejam: cognoscitivo (capacidade de compreensão da ilicitude do fato) e volitivo (capacidade de atuar conforme essa compreensão).

48. Analise a assertiva abaixo e, logo após, **marque a seqüência correta**. Nos Crimes Contra os Costumes, previstos no Código Penal, procede-se mediante:

- I) Ação Penal Privada, como regra geral.
 - II) Ação Penal Pública sujeita à representação, se a vítima ou seus pais não podem prover as despesas do processo, sem privar-se de recursos indispensáveis à manutenção própria ou da família.
 - III) Ação Penal Pública incondicionada, se o crime é cometido com abuso do pátrio poder, ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador.
 - IV) Ação Penal Pública mediante representação, como regra geral.
- a Somente as alternativas I e II estão corretas;
 - b Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - c Somente as alternativas III e IV estão corretas;
 - d Somente as alternativas I e III estão corretas;

49. Mévio há muito tempo vinha planejando subtrair para si o relógio de Tício. Certa feita, utilizando-se de um revólver, Mévio subjugou Tício, retirando-lhe dito objeto. Entretanto, Tício, que conhecia Mévio já algum tempo, não acreditou que este fosse capaz de disparar a arma de fogo. Ledo engano. Mévio disparou contra Tício para garantir a subtração do bem cobiçado. Tício, gravemente ferido, foi socorrido por transeuntes que passavam pelo local, sendo levado ao hospital mais próximo, onde veio a falecer, em decorrência do ferimento, 15 dias depois. Diante da situação apresentada, pode-se concluir que **o crime praticado por Mévio** foi o de:

- a Roubo Próprio.
- b Roubo Impróprio.
- c Latrocínio.
- d Homicídio.

50. Em um campeonato de futebol inicia-se tumulto, com envolvimento de 6 (seis) participantes, sem que se saiba ao certo o papel que cada um deles teve nas agressões recíprocas. Nesse conflito generalizado, um dos participantes sofre lesão corporal grave. Apresentada a situação problema, assinale a resposta **certa**.

- a Todos os contendores, exceto o participante que sofreu a lesão corporal grave, responderão pelo crime de RIXA QUALIFICADA.
- b Todos os contendores, inclusive o participante que sofreu a lesão corporal grave, responderão pelo crime de RIXA QUALIFICADA.
- c Todos os contendores, exceto o participante que sofreu a lesão corporal, responderão pelo crime de LESÕES CORPORAIS.
- d Nenhuma alternativa está correta.

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

51. Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa **correta**

- I. A Constituição Federal é fonte formal do Direito do Trabalho
- II. A Convenção Coletiva do Trabalho é fonte formal do Direito do Trabalho;
- III. O fato social é fonte formal do Direito do Trabalho
- IV. A pressão dos trabalhadores sobre o empregador é fonte formal do Direito do Trabalho

- a apenas III e IV estão incorretas;
- b I e IV estão corretas;
- c I, II e III estão corretas;
- d apenas I e III estão corretas;

52. Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa **correta**

- I - Lei no sentido material, é toda regra de direito, geral, abstrata e permanente, de observância obrigatória, pela vontade da autoridade competente, expressa numa fórmula escrita;
- II - O regulamento é ato do Poder Executivo, que tem por finalidade integrar a lei, especificando o pensamento do legislativo;
- III - Lei no sentido estrito, é a norma jurídica emanada do Poder Legislativo, sancionada ou promulgada;
- IV - A Convenção Coletiva de Trabalho estabelece uma regra geral, abstrata e impessoal;
- V - A sentença proferida em dissídio coletivo alcança toda a categoria interessada, por isso possui extensão menor que a norma legal.

- a todas as proposições estão incorretas;
- b somente a proposição V está incorreta;
- c somente as proposições I e V estão corretas;
- d todas as proposições estão corretas.

53. Assinale a alternativa **incorreta**

- a Remuneração é a soma de todos os títulos, além do salário, devidos e pagos ao empregado, como contraprestação do serviço;
- b Contrato de trabalho é ajuste, sempre escrito, oneroso ou gratuito, pertinente à relação de emprego;
- c Contrato de trabalho é um ajuste tácito ou escrito, pertinente à relação de emprego;
- d A comutatividade e a onerosidade do contrato de trabalho, impõem que a obrigação de o empregado prestar os serviços, corresponda à do empregador pagar-lhe a remuneração contratada.

54. Assinale a alternativa **correta**

- a O 13º salário é uma gratificação salarial paga pelo empregador ao empregado no mês de

- janeiro de cada ano, correspondente à média da remuneração dos últimos doze meses trabalhados;
- b O 13º salário, também conhecido como “*gratificação natalina*”, corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente;
 - c O 13º salário não será devido na extinção do contrato de trabalho a prazo;
 - d A gratificação natalina, corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida ao empregado e paga, sempre integralmente no mês de dezembro de cada ano.

55. Assinale a alternativa **correta**:

- a o adicional de transferência é devido apenas nas transferências definitivas;
- b o adicional de periculosidade pode ser acumulado com o de insalubridade;
- c o adicional de insalubridade é devido quando há exposição do empregado a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância;
- d o adicional de periculosidade será pago conforme o tempo de exposição ao agente perigoso, nos percentuais de 10, 20 ou 40% do salário mínimo.

56. Qual é o prazo da reconvenção, no processo do trabalho, para o reclamado?

- a 20 dias
- b 15 dias
- c 24 horas
- d o mesmo da defesa

57. Se o reclamante não indicar o dispositivo legal no qual se funda o pedido, a petição inicial é:

- a inepta, pois a indicação do dispositivo legal é indispensável;
- b regular, pois, a indicação do dispositivo não a torna inepta;
- c irregular, obrigando a extinção do feito;
- d irregular, obrigando a emenda à inicial.

58. Reclamação Trabalhista ajuizada com o patrocínio de advogado que não apresenta, desde logo, o instrumento de mandato:

- a está sujeita ao indeferimento liminar, por irregularidade de representação;
- b será processada, por força do mandato tácito que poderá ser confirmado na audiência de conciliação e instrução;
- c sujeita o juiz a conceder prazo para regularização da representação antes da audiência de conciliação e instrução;
- d implica no arquivamento do feito, permitindo ajuizamento de nova reclamação;

59. Na produção da prova pericial, o assistente técnico:

- a deve ser compromissado tal como o perito do juízo;
- b deve ser obrigatoriamente indicado pelas partes;
- c não é compromissado, porque é auxiliar da parte;
- d sujeita-se às conclusões do perito do juízo.

60. Qual é o recurso cabível contra sentença de mérito proferida em reclamação trabalhista, proposta pelo sindicato profissional, e em que prazo?

- a agravo de instrumento, no prazo de 8 dias;
- b recurso ordinário, no prazo de 15 dias;
- c agravo regimental, no prazo de 8 dias;
- d recurso ordinário, no prazo de 8 dias.

61. O sócio da empresa reclamada pode ser indicado assistente técnico?

- a não, porque tem interesse no resultado da demanda;
- b não, porque sócio de empresa está impedido de figurar como assistente técnico;
- c sim, porque o assistente técnico não está sujeito a impedimento ou a suspeição, nos termos do art. 422, do CPC, aplicado subsidiariamente no processo do trabalho, por força do art. 769, da CLT;
- d sim, desde que indicado pelo empregado/reclamante.

62. O efeito suspensivo atribuído ao recurso implica:

- a na suspensão do andamento do feito.
- b na possibilidade de execução provisória da sentença recorrida;
- c no trânsito em julgado da parte líquida da sentença;
- d na suspensão da eficácia da sentença.

63. Encerrada a instrução, o Juiz do Trabalho fixa data para publicação da sentença, ficando cientes as partes. No dia e hora designados, publica a sentença, julgando procedente, em parte, a reclamação trabalhista. Quando começa o prazo para o reclamado interpor o recurso?

- a o prazo para o reclamado começa a fluir após o 8º dia contado da leitura da sentença;
- b o prazo para o reclamado começa a fluir sempre no dia seguinte ao da leitura da sentença em audiência;
- c o prazo para o reclamado interpor recurso ordinário tem início no mesmo dia em que a sentença foi lida em audiência;
- d o prazo para o reclamado interpor recurso tem início no primeiro dia útil que se seguir ao da leitura da sentença em audiência;

64. O conflito de competência se verifica quando:

- a o Juízo a quem foi, inicialmente, dirigida a petição inicial, declina de sua competência em favor de outro, remetendo-lhe os autos;
- b o reclamado suscita exceção de incompetência e o reclamante apresenta, tempestivamente, sua impugnação;
- c o Tribunal acolhe recurso contra sentença de mérito, proferida por juízo incompetente;
- d quando dois juízos consideram-se competentes para a mesma ação.

65. O prazo para os embargos de declaração é:

- a de 5 (cinco) dias, salvo quando opostos contra sentença de primeiro grau;
- b de 5 (cinco) dias, na forma do CPC, no particular, adotado no processo do trabalho, subsidiariamente.
- c de 24 (vinte e quatro horas), para o reclamante, quando se tratar de procedência parcial da reclamação trabalhista.
- d de 48 (quarenta e oito) horas, para o reclamante, quando se tratar de improcedência da reclamação trabalhista.

DIREITO ADMINISTRATIVO

65. No âmbito da União, é **correto** afirmar:

- a Somente será concedida licença a servidor eleito para desempenho de mandato em cargo de direção ou representação em sindicato representativo da categoria, assegurada a remuneração do cargo efetivo.
- b Somente será concedida licença a servidor eleito para desempenho de mandato em cargo de direção ou representação em sindicato representativo da categoria, assegurada a remuneração do cargo efetivo.
- c Poderá ser concedida licença a servidor eleito para desempenho de mandato em cargo de direção ou representação em entidades fiscalizadoras da profissão, desde que sem remuneração do cargo efetivo, sendo-lhe assegurada a contagem do tempo de serviço como se em efetivo exercício estivesse, exceto para promoção por merecimento.
- d Ao servidor eleito para cumprimento de mandato em cargo de direção ou representação em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria, poderá ser concedida licença com remuneração do cargo efetivo, não tendo direito, entretanto, a contagem do tempo de serviço como se em efetivo exercício estivesse, inclusive, para promoção por merecimento.

65. Acerca do processo administrativo, no âmbito da Administração Pública Federal, **não é correto afirmar:**

- a Os preceitos aplicados para os órgãos do Poder Executivo da União, também se

aplicam aos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

- b O processo administrativo somente poderá iniciar-se de ofício.
- c É vedada à Administração a recusa imotivada e recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- d Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

65. Ainda com relação ao Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, **não é correto afirmar:**

- a Os prazos expressos em dias não podem ser contados de modo contínuo.
- b Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.
- c Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- d Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

65. De acordo com a lei 8.112/90, **podemos afirmar:**

- a São estendidas aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.
- b O servidor aposentado não terá direito a gratificação natalina.
- c O auxílio natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao seu último vencimento.
- d O salário-família somente é devido ao servidor ativo.

65. De acordo com a Lei 8.112/90, quanto ao dependente, os benefícios do Plano de Seguridade Social do Servidor compreendem, **exceto:**

- a Pensão vitalícia e temporária.
- b Auxílio funeral e auxílio reclusão.
- c Assistência à saúde.
- d Salário-família.

65. Com relação a Lei 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, **é correto afirmar:**

- a Subordinam-se ao regime da citada lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias e as fundações estando dela excetuadas as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as agências executivas.

- b Com exceção do conteúdo das propostas, a licitação será sigilosa, não sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, até a respectiva abertura.
 - c É lícito incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto aos casos de empreendimentos executados e explorados sob regime de concessão.
 - d Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.
65. No que concerne a concessão e a permissão de serviços públicos, **é correto** afirmar:

- a A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior, e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço públicos alternativo e gratuito para o usuário.
- b Os contratos não poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro.
- c A concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública, será formalizada mediante lei, que deverá observar as normas pertinentes ao edital de licitação.
- d Caracteriza-se como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência, mesmo que motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.

65. Com relação à prestação de garantia, podemos afirmar que o contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia, **exceto**:_

- a Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.
- b Seguro-garantia.
- c Fiança bancária.
- d Hipoteca.

65. A lei enumera, entre os casos de extinção da concessão de serviços público, os seguintes, **exceto**:

- a Advento do termo contratual.
- b Encampação.
- c Concordata da empresa concessionária.
- d Caducidade.

65. Com relação aos bens públicos, **podemos afirmar**:

- a Os bens de uso comum do povo, os bens de uso especial e os bens dominicais somente poderão ser alienados após a sua desafetação.
- b Apenas os bens de uso comum do povo necessitam ser desafetados para ser alienados.
- c Apenas os bens de uso especial não necessitam ser desafetados para ser alienados.
- d Apenas os bens de uso dominical não necessitam ser desafetados para ser alienados.

DIREITO TRIBUTÁRIO

65. Com relação à competência residencial, é **correto afirmar**:

- a A União, os Estados, o DF e os Municípios poderão instituir novos impostos além daqueles já previstos em seu favor na Constituição Federal.
- b Somente a União poderá instituir novos impostos, além daqueles já previstos em seu favor na Constituição Federal .
- c Somente os Estados e o DF poderão instituir novos impostos além daqueles já previstos em seu favor na Constituição Federal.
- d Nenhuma das pessoas jurídicas de direito público interno acima indicadas poderá instituir novos impostos além daqueles já previstos em seu favor na Constituição Federal.

65. De acordo com o Código Tributário Nacional, é **correto** assegurar:

- a A competência tributária não exercida por uma pessoa jurídica de direito público poderá ser delegada a outra pessoa.
- b As atribuições das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária podem ser conferidas por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- c O ITR, que é um imposto de competência da União, tem 50% do produto de sua receita distribuída para os municípios onde os imóveis rurais estiverem cadastrados, e sobre este percentual o município de Cajazeiras, importante cidade paraibana, por exemplo, pode legislar.
- d Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

65. Segundo a Constituição Federal, é vedada a vinculação da receita de impostos a fundos ou despesa. Entretanto, ela mesma faz algumas ressalvas, entre as quais **não** se encontra a prevista na alternativa:

- a Pertencem aos municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem ou mantiverem.
- b Pertencem aos Estados e ao DF 10% do produto da arrecadação do IPI, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- c A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d 50% do produto da arrecadação do IPVA serão aplicados pelos Estados e pelo DF na manutenção e conservação das estradas de sua propriedade.

65. É **correto** afirmar que o Código Tributário Nacional tem hierarquia de:
- a Lei Complementar.
 - b Emenda Constitucional.
 - c Lei Ordinária.
 - d Decreto.
65. O Princípio da Legalidade veda a União, Estados, DF e Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. Entretanto, a própria Constituição Federal faculta ao Poder Executivo alterar as alíquotas dos seguintes impostos, **exceto**:
- a Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
 - b Impostos de Importação e de Exportação.
 - c IPI-Imposto Sobre Produtos Industrializados.
 - d IOF-Imposto Sobre Operações Financeiras.
65. O prazo para homologação de lançamento, se a lei não fixar outro, será de:
- a Cinco anos e será contado da data da ocorrência do fato gerador.
 - b Quatro anos e será contado da data do vencimento.
 - c Sete anos e seis meses e será contado da data da ocorrência do fato gerador.
 - d Dois anos e será contado da data do pagamento certificado pelo órgão arrecadador.
65. A obrigação acessória converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária:
- a Quando seu valor ultrapassar o limite fixado em lei.
 - b Pelo simples fato de sua inobservância.
 - c Quando seu valor for superior ao da obrigação principal.
 - d Pelo simples fato de sua observância.
65. Os convênios relativos ao ICMS, celebrados entre os Estados-Membros da Federação Brasileira e o Distrito Federal, prestam-se a:
- a Disciplinar o seu regime de compensação.
 - b Fixar a sua base de cálculo e suas alíquotas.
 - c Conceder e revogar suas isenções, incentivos e benefícios fiscais.
 - d Fixar mediante deliberação da maioria dos Estados, as alíquotas aplicáveis às operações interestaduais e de exportação.
65. A observância das normas complementares mencionadas no art. 100 do CNT afasta a possibilidade de exigência:

- a De multas, de juros de mora e de correção monetária.
 - b Da correção monetária, mas não dos juros de mora.
 - c Dos juros de mora e das multas, mas não da correção monetária,.
 - d Das multas, mas não dos juros de mora e da correção monetária.
65. Se o Município de Cajazeiras-PB instituir o imposto sobre serviços de energia elétrica, prestado dentro do âmbito estritamente municipal, dar-se-á:
- a Exercício legítimo de sua competência privativa.
 - b *Bis in idem*, constitucionalmente consentida.
 - c Invasão da competência federal.
 - d Invasão da competência estadual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

65. Assinale a assertiva **correta**:
- a A Constituição brasileira não estabelece limites ao poder de reforma constitucional.
 - b Dentre as limitações implícitas ao poder constituinte derivado destaca-se a proibição de supressão das próprias cláusulas pétreas.
 - c A revisão especial da Constituição poderá realizar-se a cada cinco anos, mediante decisão da maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso, em sessão unicameral.
 - d As chamadas cláusulas pétreas constantes do art. 60, § 4º, da Constituição podem ser superadas mediante o processo de dupla revisão.
65. Assinale a assertiva **correta**:
- a O Princípio da função social da propriedade permite que o Estado estimule a coletivização de propriedades.
 - b O Estado pode fixar, por via legislativa, uma política de preços, tendo em vista a necessária conciliação entre os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência, da defesa do consumidor e da redução das desigualdades sociais.
 - c A política de preços não é matéria de competência do Poder Legislativo, mas do âmbito de atribuições do Poder Executivo.
 - d O princípio da livre iniciativa e o postulado da livre concorrência consagrados constitucionalmente obstam a que o Estado atue até mesmo como agente regulador da atividade econômica.
65. Assinale a assertiva **correta**:
- a A Constituição não permite a reedição de medidas provisórias.
 - b As medidas provisórias podem dispor sobre todas as matérias da competência legislativa da União, inclusive as referentes à instituição de tributo, à definição de crime e à imposição de pena.
 - c A rejeição de medida provisória pelo Congresso Nacional obsta a que o Presidente da República disponha sobre a matéria, na mesma sessão legislativa, mediante simples

reedição.

d As medidas provisórias não podem dispor sobre matéria tributária e financeira.

65. Assinale a assertiva **correta**:

a A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece o postulado da proporcionalidade ou da razoabilidade como princípio constitucional.

b Não há distinguir, na ordem constitucional, o princípio da supremacia da lei e o princípio da reserva legal.

c O princípio do direito adquirido oferece proteção contra mudanças de situações estatutárias e de institutos jurídicos.

d O direito de liberdade de expressão e de comunicação encontra limite na proteção que a ordem outorga ao direito de imagem, à honra, à vida privada e à intimidade das pessoas.

65. Assinale a assertiva a **correta**:

a A instauração de processo, por crime comum, contra os Ministros de Estado depende sempre de autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.

b O Poder Legislativo pode suspender os atos regulamentares do Executivo que ultrapassem os limites da lei, restando essa decisão imune a qualquer controle judicial.

c Declarada a inconstitucionalidade da omissão, pelo Supremo Tribunal Federal, admite-se a propositura de ação de reparação contra a União Federal, se o Congresso Nacional, devidamente notificado, não adotar as providências reclamadas dentro de um prazo razoável.

d A decisão sobre cassação de mandatos parlamentares não se submete a controle judicial.

65. Assinale a assertiva **correta**:

a Em se tratando de projeto de lei da iniciativa privativa do Executivo, poderá ser superado o vício de iniciativa mediante a sanção da proposição aprovada pelas Casas do Congresso.

b A iniciativa do projeto de lei orgânica do Ministério Público da União compete, concorrentemente, ao Presidente da República e ao Procurador-Geral da República.

c Poderá ser objeto de delegação a legislação sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.

d O projeto da lei de organização do Ministério Público da União é da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Federal.

65. Quanto às decisões do Tribunal de Contas da União, é **correto** afirmar-se:

a não se prestam para execução imediata.

b podem ser revistas por ato do Poder Executivo.

c são suscetíveis de revisão pelo Poder Judiciário, salvo aquelas referentes ao registro de aposentadoria.

d são suscetíveis de revisão pelo Poder Judiciário.

65. Assinale a assertiva **correta**:

- a O modelo de iniciativa do processo legislativo previsto na Constituição Federal não é obrigatório para o Estado-membro.
- b O Poder Executivo pode retirar medida provisória apresentada ao Congresso Nacional.
- c Os Estados-membros podem adotar medida provisória.
- d medida provisória pode dispor sobre qualquer matéria de competência legislativa da União.

65. Assinale a assertiva **correta**:

- a Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a prisão preventiva é inconstitucional por violar o princípio da presunção de inocência.
- b Nos termos da Constituição, é imprescindível que também perante a autoridade policial se assegure ao preso a assistência de um defensor técnico.
- c O princípio da contraditoriedade da instrução criminal não exclui a possibilidade de que a condenação se funde exclusivamente nos elementos informativos do inquérito policial.
- d A norma inscrita no art. 408, parágrafo 1º, do Código de Processo Penal, que autoriza o lançamento do nome do réu no rol dos culpados, quando da prolação da sentença de pronúncia, está derogada com a superveniência da Constituição de 1988.

65. Assinale a assertiva **correta**:

- a A Constituição Federal assegura ao servidor público plena liberdade no exercício do direito de greve.
- b Prescreve em cinco anos a ação de responsabilidade civil movida contra sociedade de economia mista prestadora de serviço público.
- c Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e ressarcimento, na forma e gradação previstas na lei penal.
- d Somente por lei específica pode ser autorizada a desapropriação de ações constitutivas do capital das empresas controladas por estrangeiros.

65. Assinale a assertiva **correta**:

- a A Administração poderá rever quaisquer atos, mesmo aqueles concessivos de direitos, independentemente da oitiva do interessado ou atingido.
- b Não se aplicam às faltas administrativas de caráter disciplinar os princípios da anterioridade da lei e da retroatividade da lei mais benéfica.
- c Não se pode invocar direito adquirido no âmbito do Direito Administrativo, porque

tal categoria não subsiste em face de normas de ordem pública.

d O processo administrativo-disciplinar adotado pela Lei nº 8.112, de 1990, impõe que o acusado seja chamado ao feito antes da abertura da fase instrutória.

65. Quanto à nomeação e destituição do Procurador-Geral da República é **correto** afirmar-se:

a O Procurador-Geral da República será nomeado pelo Presidente da República, dentre quaisquer integrantes da carreira, podendo ser destituído mediante proposta de iniciativa do Senado Federal.

b O Procurador-Geral da República será nomeado dentre quaisquer cidadãos de notório saber jurídico e reputação ilibada, maiores de trinta e cinco anos, podendo ser destituído pelo Presidente da República, devendo a destituição ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

c O Procurador-Geral da República será nomeado pelo Presidente da República dentre quaisquer integrantes da carreira, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Congresso Nacional, podendo ser destituído por iniciativa do Presidente da República, desde que devidamente autorizado pela maioria absoluta do Senado Federal.

d O Procurador-Geral da República será nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos de idade, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal, podendo ser destituído por iniciativa do Presidente da República, desde que devidamente autorizado pela maioria absoluta do Senado Federal.

65. Assinale a assertiva **correta**:

a A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, inclusive para cargo em comissão.

b A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão que a lei considere de livre provimento.

c A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público, sendo legítima também aquela decorrente de aprovação em concursos de ascensão funcional.

d A investidura em cargo ou emprego público pode-se dar por livre decisão do Presidente da República, na esfera federal, ou do Governador, no âmbito estadual.

65. Assinale a assertiva **correta**:

- a Ao Distrito Federal são atribuídas apenas as competências legislativas reservadas aos Estados.
- b Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.
- c Ao Distrito Federal são atribuídas apenas competências legislativas reservadas aos Municípios.
- d O Distrito Federal dispõe de situação jurídica em tudo igual à de uma unidade federada.

65. O Ministério Público da União abrange, nos termos da Constituição:

- a O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- c O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar.
- d O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO I EXAME DE ORDEM DE 2000

QUESTÃO	RESPOSTA
1	D
2	D
3	A
4	A
5	C
6	B
7	B
8	C
9	D
10	D
11	D
12	A
13	B
14	D
15	C
16	B

QUESTÃO	RESPOSTA
51	A
52	D
53	B
54	B
55	C
56	D
57	B
58	B
59	C
60	D
61	C
62	D
63	D
64	D
65	B
66	C

17	C
18	A
19	B
20	B
21	D
22	A
23	D
24	B
25	C
26	A
27	C
28	C
29	A
30	C
31	D
32	C
33	D
34	A
35	D
36	D
37	C
38	A
39	B
40	D
41	C
42	B
43	D
44	A
45	C
46	B
47	A
48	B
49	C
50	B

67	B
68	A
69	A
70	D
71	D
72	A
73	D
74	C
75	D
76	B
77	B
78	D
79	A
80	A
81	A
82	B
83	C
84	B
85	D
86	B
87	B
88	C
89	D
90	C
91	B
92	D
93	C
94	D
95	B
96	D
97	D
98	B
99	B
100	A